

BOLETIM CULTURAL E ESTATÍSTICO – Publicação da Câmara Municipal de Lisboa, de periodicidade **trimestral**, que se concretizou apenas durante o ano de 1937. Importa desde já contextualizar esta iniciativa no intrincado conjunto das publicações periódicas municipais destinadas ao público¹: o *Boletim Cultural e Estatístico (BCE)* é lançado ao arripio da extinção dos *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*² (1931-1936) e é contemporâneo do *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*³ (1928-1937) e do *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa*⁴ (1935-1937). E interessa também compreender a razão de ser de tão prolífera actividade editorial.

Todas estas publicações que ora se sobrepõem, ora se substituem, parecem constituir respostas aos diversos estímulos emanados a partir do governo central. De facto, é durante a década de 30, sobretudo na sua segunda metade, que se consuma a institucionalização do regime: iniciada com a **Constituição de 1933** e o **Estatuto do Trabalho Nacional** prosseguida através de outros textos legais fundamentais – como o **Código Administrativo de 1936** – e da criação de uma infra-estrutura institucional que permitisse ao Estado operar e controlar eficazmente um território com escala “imperial”.

O **Instituto Nacional de Estatística (INE)**, criado em Maio de 1935, na dependência do Ministério das Finanças, é uma das instituições basilares do Estado Novo, dada a sua natureza corporativa. Nele se consubstanciavam os **princípios da Ordem e da Razão** na produção dos indicadores necessários ao Governo da Nação na sua missão estruturadora dos equilíbrios económico-sociais fundamentais à estabilidade do regime.

¹ Além das que a seguir se referem, a C.M.L. publicava as *Actas das Sessões de Câmara* e o *Diário Municipal*, para distribuição interna, contendo os ofícios expedidos e recebidos (com os respectivos despachos), as cartas recebidas, as ordens de serviço e, a partir de Junho de 1937, uma sinopse das propostas aprovadas nas sessões públicas da Câmara.

² Já digitalizados e acessíveis através da Hemeroteca Digital (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>).

³ O *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, onde eram apresentados os relatos das sessões, teve início em 1928 e era de periodicidade semanal. Nele se apresentavam os relatos das sessões da Câmara. O Regulamento dos Serviços de Estatística da CML, aprovado em 23 de Dezembro de 1937, estabelece no seu art.º 11.º que: «O *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, cuja publicação será trimestral – e substituirá, a partir de 1 de Janeiro de 1938, o Boletim semanal com o relato das sessões e o *Boletim Cultural e Estatístico da Câmara Municipal de Lisboa* – conterà: uma parte estatística, uma parte cultural e um resumo da actuação camarária.» O projecto não se concretizou, uma vez que a último número do *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, o n.º 576, data de 30 de Dezembro de 1937.

⁴ A 31 de Dezembro de 1937, na sequência da entrada em vigor do novo Código Administrativo, termina o mandato da Comissão Administrativa, chefiada pelo general Daniel Rodrigues de Sousa, que presidia aos destinos do município desde 1935. No *Anuário* referente ao ano de 1937, e cuja publicação só terá consumado em 1940, são prestadas as seguintes explicações em editorial assinado pelo Presidente Substituto, Eduardo Rodrigues Carvalho: «Assumida a direcção dos negócios municipais pela nova câmara, entendeu-se que a sua gerência ou actuação no ano de 1938 e seguintes devia passar a ser perpetuada pelos *Anais*. A Comissão Administrativa cessante publicara com a mesma intenção *Anuários* referentes a 1935 e 1936. Útil e conveniente seria estabelecer a ligação entre os *Anuários* e os *Anais* e por isso se resolveu publicar o Anuário de 1937.»

A **5 de Março de 1936**, em consonância com a orientação que vem de cima, a Comissão Administrativa da CML, por proposta do seu Presidente, aprovou a criação de uma comissão⁵ com o fim de organizar e publicar o *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa*. A mesma deliberação previa, a partir de 1937, a publicação, trimestral, do *Boletim Cultural e Estatístico da C. M. L.*⁶

Atendendo à estreita relação existente entre as duas publicações, que tem na sua génese o mesmo acto deliberativo e um conteúdo similar, e uma vez que no *Boletim* não existe qualquer editorial de apresentação, faz-se uso da informação existente no *Anuário* e noutras publicações municipais contemporâneas.

As «Palavras Preliminares» da Comissão Administrativa que abrem o primeiro *Anuário* (1935) referem-se explicitamente ao esforço de sincronização «com os actuais princípios orientadores do Estado», assumindo a responsabilidade por possíveis e «inevitáveis deficiências» resultantes da impreparação dos serviços municipais para fornecer «em tão curto prazo de tempo, como foram os quatro meses que se estabeleceram para a elaboração desta obra, os elementos necessários para a sua redacção definitiva». Mas a determinação em reagir rápida e positivamente era tal que se optou avançar com uma versão “incompleta” que seria colmatada, algumas semanas depois, com um segundo volume, contendo o «Anexo Estatístico»⁷.

Ao longo do ano de 1936, e tendo em vista dar cumprimento à referida deliberação de 5 de Março, outras medidas são aprovadas pela Comissão Administrativa.

Ainda que de forma extemporânea, havia que **solicitar as devidas autorizações ao INE**, uma vez que a Lei que o criara (Lei n.º 1:911) estabelecia, na sua Base VII: «Nenhum corpo ou corporação administrativa ou outra entidade de direito público poderá publicar elementos de ordem estatística que respeitem à sua actividade sem os sujeitar à prévia aprovação do Instituto Nacional de Estatística. A infracção desta disposição constituirá transgressão estatística.»⁸

⁵ A Comissão era constituída pelo Vereador dos Serviços Culturais, o Chefe da 8ª Repartição (Serviços Culturais) e o técnico-estatístico Dr. Francisco Ribeiro Salgado. Este, segundo Ofício referenciado no *Diário Municipal* de 07/10/1936, é dado como «Agente de Propaganda», o que levanta a hipótese de ser técnico do Secretariado de Propaganda Nacional e se encontrar na CML numa espécie de “comissão de serviço”.

Posteriormente, no âmbito da organização dos Serviços de Estatística, que passarão a estar vinculados ao Pelouro das Finanças, o Chefe da 8.ª Repartição foi substituído pelo Chefe da Secção de Património. Cf. *Anuário da Câmara Municipal de Lisboa*. Ano I, Vol. I (1935). Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 6

⁶ Idem, p. 12

⁷ Idem, p. 12

⁸ LEI n.º 1:911. *Diário da República*. I Série. 117 (35-05-23) 722-726.

Em Outubro daquele ano, através de ofício, **o INE responde não ver qualquer «inconveniente em que sejam publicados no Anuário da Câmara Municipal de Lisboa, de 1935, os elementos de ordem estatística para cuja publicação V. Ex.^a solicita a prévia autorização»** e, inclusivamente, elogia o «grande empreendimento em via de conclusão», sublinhando que «não fazia sentido que o primeiro Município do país não tivesse, como acontece nas grandes cidades do estrangeiro, uma publicação onde registasse e divulgasse os feitos cometidos em prol dos munícipes e visando o Bem da Nação».⁹

Paralelamente, havia também que organizar os serviços, definir os procedimentos administrativos e demais logística que viabilizassem de forma regular e continuada a produção de informação estatística com vista a sua publicação.

As Ordens de Serviço da Presidência sucedem-se a um ritmo quase diário durante os últimos meses de 1936 e os primeiros de 1937.

A 7 de Novembro, é criada uma **nova comissão para se dedicar «com urgência, ao estudo e organização dos serviços de estatística desta Câmara.»** Três dias depois, determina-se que «até ao fim do corrente mês, seja enviada por todas as Repartições e Serviços, ao Presidente da Comissão encarregada da organização do «Serviço de Estatística Municipal», uma colecção de modelos dos mapas-estatísticos a adoptar, como representativos da actividade permanente de cada um desses departamentos camarários». Estes seriam ainda analisados conjuntamente pelo Presidente da referida comissão e a chefias municipais e, se necessário, reformulados «a-fim-de os mesmos serem presentes, como é da lei, à sanção do Instituto Nacional de Estatística». Finalmente, obtida a sua aprovação, seriam impressos, distribuídos e adoptados por toda a estrutura camarária.¹⁰

Em Janeiro todo esse processo já estava concluído. No dia 13, nova Ordem da Presidência determina, entre outros aspectos: «1º - Que os «Serviços Municipais, **enviem até ao dia 15 de Fevereiro p.f., à Secretaria-Geral, todos os elementos estatísticos destinados ao Anuário de 1936**, devendo, para o efeito, serem aproveitados os diversos modelos dos mapas estatísticos já aprovados; 2º - Que (...) **enviem, também, à Secretaria Geral, até ao dia 6 de cada mês** – e referidos ao mês anterior – **os elementos constantes dos modelos acima citados, a-fim-de se dar início, normal e periodicamente, ao Serviço de Estatística Municipal»**.¹¹

Para além das motivações doutrinárias relacionadas com o modelo corporativo do Estado, a urgência que subjaz a todo este processo de organização e

⁹ Ofício n.º 479. Diário Municipal. Ano II, 396 (36-10-20) 1.

¹⁰ Ordem de Serviço n.º 119. Diário Municipal. Ano II, n.º 414 (36-11-10) 1-2.

¹¹ Ordem de Serviço n.º 1. Diário Municipal. Ano III, n.º 466 (37-01-13) 1.

produção de informação estatística municipal parece estar condicionado pelos *timings* da propaganda do regime.

De facto, em 1936, para assinalar devidamente o **Ano X da Revolução Nacional** havia que traduzir em números a obra já realizada. Estratégia semelhante foi adoptada para a **Exposição de Paris de 1937**, pois no *Diário Municipal* há referência a um ofício da **Secretariado Nacional de Propaganda, através do qual solicita «que ao seu Delegado, junto da Secção Portuguesa na Exposição de Paris de 1937, de cuja Direcção e realização, foi aquele Secretariado encarregado pelo Decreto n.º 26.735, série I, n.º 149, publicado no *Diário do Governo*, de 27 de Junho do corrente ano [1936], sejam patentes todos os elementos que a Câmara possui e que mais possam interessar àquela realização.»**¹² Alguns dias depois, há notícia de que aquela Secção, através de carta enviada directamente de Paris, solicita «a cedência de um exemplar do *Anuário desta Câmara*, a-fim-de colher os elementos que necessita para a Exposição de Paris de 1937 [inaugurada a 10 de Junho].»¹³

É também de considerar a possibilidade, compatível do ponto de vista cronológico, de o primeiro número do *Boletim Cultural e Estatístico* ter sido levado para a Exposição de Paris, o que explicaria o facto de incluir **resumos traduzidos** (em Francês e Inglês) **dos seus conteúdos**. De qualquer forma, essa característica manter-se-á ao longo dos restantes números, indiciando que no seu público destinatário se incluíam estrangeiros, nomeadamente pessoal ligado às embaixadas, homens de negócios, turistas, etc.

Exposta esta informação sobre o processo de reorganização administrativa que esteve subjacente à edição do *Boletim Cultural e Estatístico*, e as motivações que justificaram todo o esforço canalizado para a sua produção, **sobre a publicação importa referir que se estrutura, invariavelmente, em duas partes:** uma, composta de **textos redigidos por colaboradores convidados**; outra, **composta de quadros e mapas**, que se subdivide nas secções «**Da Estatística Municipal**», da responsabilidade do Serviço de Estatística Municipal, e «**Da Estatística Geral**», cuja informação é «elaborada e fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística como referente às actividades extracamarárias exercidas no limite do Município de Lisboa».

Os textos abordam temas diversificados, maioritariamente relacionados com a história de Lisboa, mas nos três primeiros números há também um texto de maior actualidade relacionado com projectos em desenvolvimento na Cidade, a saber: «A habitação das classes trabalhadoras» (nº 1), de Álvaro Fontoura, Engenheiro da CML entre 1927 e 1937; «O futuro Matadouro de Lisboa» (n.º 2), da autoria de Gualdino Brito Vasques; e «Serviços de Inspeção Sanitária e Mercados» (nº 3), de João Inácio Lopes Ribeiro, Chefe da 9.ª Repartição (Serviços de Inspeção Sanitária e Mercados).

¹² Carta S/N. *Diário Municipal*. Ano II, nº 386 (36-10-08) 1.

¹³ Carta n.º 45. *Diário Municipal*. Ano II, nº 393 (36-10-16) 1.

Cerca de um terço dos restantes redactores já havia colaborado em outras publicações da Câmara nomeadamente, nos referidos *Anais das Bibliotecas Arquivos e Museus Municipais*: **António Baião** (1878-1961; Director da Torre do Tombo), **Luiz Chaves** (1889-1975; Arqueólogo), **Alfredo da Cunha** (1863-1942; Director do *Diário de Notícias* entre 1894-1919; publicista), **Júlio Dantas** (1876-1962; Escritor, diplomata, político e académico), **Henrique Quirino da Fonseca** (1868-1939; Oficial da Armada; vereador da CML), **Mário de Sampaio Ribeiro** (1898-1966; Musicólogo e estudioso da arqueologia olissiponense; cofundador do Grupo Amigos de Lisboa) e **Albino Maria Pereira Forjaz de Sampaio** (1884-1949; Poeta, jornalista, divulgador literário e prosador). Destaca-se ainda a colaboração de **José Leite de Vasconcelos** (1858-1941; Arqueólogo, filologista, etnologista, publicista e professor catedrático; fundador do Museu Etnográfico Português).

No *Diário Municipal* estão referenciadas algumas cartas de resposta de personalidades convidadas a colaborar no *Boletim*. Entre os que declinaram o convite, invocando razões de ordem pessoal ou profissional, encontra-se o Conde de Tovar, Cláudio Bastos e o Dr. Manuel Heleno.

No que refere à estatística, pouco há a acrescentar ao facto de fornecer informação diversificada e minuciosa sobre Lisboa. A que é da responsabilidade dos Serviços de Estatística Municipal **está organizada em função dos pelouros** então existentes a saber: Presidência; Finanças; Engenharia; Urbanização; Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins; Limpeza Urbana; Matadouro e Abastecimento de Carnes; Serviços Sanitários; e Ouvidoria.

A que é produzida pelo INE contempla as seguintes áreas: Índices-Números (Custo de vida; Bolsa de Lisboa; Cotações dos géneros coloniais); Demografia; Comércio Externo; Comunicações; Preços; Comércio Interno; Bolsas; Moeda; Bancos; Propriedade; e Diversos.

Cada número do *Boletim Cultural e Estatístico* dispõe, em média, de **150 páginas**, além das destinadas à fotografia, motivos gráficos ou mapas e plantas, normalmente impressas em papel diferente. **A numeração das páginas entre os quatro números é continua**, o que indicia que o projecto inicial previa a sua encadernação em volumes anuais.

A partir do segundo número, o Boletim passa a apresentar publicidade, que se distribui pelo verso da capa, da contracapa e no último caderno do miolo (6 páginas), mas não faz qualquer alusão à respectiva tabela de preços. Tão pouco fornece informação sobre o preço de venda da publicação avulso ou por assinatura.

Sobre esta questão, foi também no *Diário Municipal* que se encontrou informação. De facto, aí se transcreve um ofício que o Chefe dos Serviços

Industriais da CML – onde o *Boletim* era impresso – remeteu ao Chefe da 8.^a Repartição (Serviços Culturais) para tratar de aspectos relacionados com a organização da publicidade e da venda da publicação. O remetente refere que o custo do primeiro número «importou, por exemplar, em Esc. 5\$70», pelo que na sua opinião «o preço a fixar para a venda deve ser de **Esc. 5\$00**, pois há a contar com a receita proveniente de anúncios», sobre os quais já definiu «as respectivas condições com o **agente angariador**».

Há também alusão à **tiragem**, que seria **de 2.500 exemplares**, dos quais 500 seriam enviados àquela Repartição para distribuição gratuita. Para a comercialização dos restantes, o Chefe dos Serviços Industriais defende a estratégia, já testada, de se propor «à Empresa Nacional de Publicidade¹⁴, a venda do *Boletim* mediante a comissão de 30%».¹⁵

Como já foi referido, o *Boletim Cultural e Estatístico* publicou-se exclusivamente no ano de 1937. No ano seguinte, a informação estatística concentrar-se-á nos *Anais da Câmara Municipal de Lisboa* que, a partir de 1940, são complementados pela *Revista Municipal* (1.^a Série)¹⁶.

Rita Correia (20/01/08)

Bibliografia:

MARTINS, Jorge, PINHEIRO, Joana – O Diário Mais Antigo. Diário de Notícias tem 140 anos de história. In Fora de linha. Revista das cadeiras do atelier de jornalismo e cyberrjornalismo da FCSH-UNL [Em linha]. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas das Universidade Nova de Lisboa, [s.d.]. [Consulta 08-01-21]. Disponível em WWW. <URL: <http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/plataforma/foralinha/atelier/a/www/view.asp?edicao=02&artigo=203>.

ROSAS, Fernando (dir.), BRITO, J.M. Brandão (coord.), Dicionário de História do Estado Novo, Maria Fernanda Rollo, pesquisa iconog.. [S. l.] : Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1404-4. ISBN 972-42-1456-7.

¹⁴ A Empresa Nacional de Publicidade foi criada, em 1928, a partir da Empresa do Diário de Notícias. Era propriedade da Companhia Industrial de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos. De acordo com a informação recolhida no *Diário Municipal* a CML recorria aos seus serviços para a venda das edições municipais. Em Março de 1937 a «conta corrente» existente atingia o saldo de 51.994\$95 a favor da Câmara. Cf. Ofício n.º 114. Diário Municipal. Ano III, n.º 506 (37-03-04) 1.

¹⁵ Ofício n.º 1.155. Diário Municipal. Ano III, n.º 600 (37-06-25) 1.

¹⁶ Já digitalizada e acessível através da Hemeroteca Digital (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>).

Setenta Anos: O Instituto Nacional de Estatística ao Serviço da Sociedade Portuguesa [Em linha]. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 2006 [Consulta 14 Jan. 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/contentInstitucionais?INST=54411>. ISBN 972-673-889-X.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d].

Anuário da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa : Câmara Municipal.

Boletim da Câmara Municipal. Lisboa : Câmara Municipal.

Diário Municipal. Lisboa : Câmara Municipal.